

FH ^{c - viagem} reage às críticas de empresários

■ **Presidente afirma que todos devem pagar os impostos**

JAILTON DE CARVALHO
Enviado especial

LETÍCIA, COLÔMBIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu ontem com irritação às críticas de empresários e banqueiros às medidas econômicas anunciadas na quinta-feira pelo governo. Segundo o presidente, que esteve ontem em Letícia, na Colômbia, em viagem oficial, o corte de despesas e o aumento de impostos, a base do pacote fiscal de anteontem, não terão impacto significativo sobre a economia e nem aumentarão o desemprego. Fernando Henrique afirmou que as medidas são importantes porque vão forçar grandes empresários e banqueiros a pagar impostos que hoje sonegam.

“Se cada brasileiro paga imposto, se todos nós pagamos impostos, por que as grandes empresas, os grandes bancos, as grandes multinacionais, não vão pagar impostos?”, afirmou o presidente, depois de reunião com o presidente da Colômbia, Andrés Pastrana, na Biblioteca do Banco da República, no Centro de Letícia. O pacote inclui o aumento de 9% para 12% da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro (Cofins) e a taxação de remessas de capitais ao exterior a título de pagamento de empréstimos.

Sonegação - A criação dessa taxa vai obrigar empresas e bancos, que muitas vezes escapam do Fisco, a pagar impostos sobre a movimentação internacional de seus recursos. “Esse é o lado importante (do pacote)”, disse. Para justificar o aperto, Fernando Henrique lembrou que, conforme denunciara o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, boa parte do empresariado tem burlado o Fisco. “Existem muitas em-



Letícia, Colômbia - AE

FH e Pastrana defenderam autonomia da Colômbia na negociação com guerrilheiros das Farc

presas que não pagam impostos - e das grandes”, afirmou.

Ao prestar depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bancos, no primeiro semestre, Everardo Maciel informou que a sonegação no país está na casa dos R\$ 800 bilhões. “O secretário mostrou dados que estareceram o Congresso”, lembrou Fernando Henrique. O presidente espera agora que os mesmos parlamentares que se mostraram indignados com as dimensões da sonegação ajudem o governo a aprovar as medidas que reforçam o Fisco. “Se essas medidas derem certo não se onerará mais quem já paga imposto.”

Fernando Henrique afirmou ainda que parte do pacote fiscal foi uma “imposição” do Supremo Tribunal Federal, que, na semana passada, proibiu a contribuição previ-

denciária dos inativos e o aumento da contribuição dos servidores em atividade. Por isso, o governo está disposto a abrir mão dessas medidas, que só entrariam em vigor em fevereiro de 2000, se houver uma alternativa que compense as perdas de receitas provocadas pela decisão do STF. “Se conseguirmos alternativas, o governo suspende essas medidas”, argumentou.

Sem a reestruturação de suas contas públicas, conforme o presidente, o governo não poderia manter a redução de juros, o que traria dificuldades ainda maiores à economia e ao emprego. “Se fosse para provocar desemprego, já teriam provocado”, disse.

Guerrilha - Na reunião presidencial, Fernando Henrique e Pastrana defenderam a autonomia da Colômbia para conduzir as negociações com os guerrilheiros das

Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). “Esse processo deve ser conduzido livre de ingerências externas”, sustenta comunicado conjunto. Pastrana não descartou a possibilidade de pedir ajuda ao Brasil, mas deixou claro que, neste momento, não tem interesse numa participação direta. Segundo ele, o Brasil é um país “amigo” que, no futuro, poderia ajudar.

Fernando Henrique e Pastrana aprofundaram as negociações sobre o projeto siderúrgico binacional e a proposta de incentivos aos produtores de café dos dois países. O projeto siderúrgico prevê a criação de usina siderúrgica na Colômbia, que produziria aço com o ferro importado do Brasil. O acordo do café criará financiamento para que não seja necessário vender o produto quando o mercado estiver desfavorável.